

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1568 | 29 DE ABRIL A 4 DE MAIO DE 2019



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

JUSTIÇA MANDA BB, CEF E BNB MANTEREM DESCONTOS DAS MENSALIDADES DOS ASSOCIADOS

As tutelas de urgência concedidas ao Sindicato garantem a suspensão das medidas da MP 873 de Bolsonaro para essas instituições **(pág. 3)**



O presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo, analisa as decisões da Justiça favoráveis ao Sindicato sobre a MP 873 e fala sobre conquistas e resistência **(pág.2)**

ELEITA COMISSÃO QUE VAI CONDUZIR ELEIÇÕES DO SINDICATO

Pleito vai eleger a nova diretoria que comandará a categoria bancária no Estado durante o período 2019-2023 **(pág. 7)**



Artigo

CONQUISTAS NA JUSTIÇA SUSPENDEM EFEITOS DA MP 873

Em sucessivas vitórias na Justiça, sindicatos de todo o país têm conseguido suspender os efeitos da Medida Provisória (MP) 873/2019, publicada pelo governo Bolsonaro no dia 1º de março (um dia após o carnaval) com um claro objetivo: minar a atuação dos sindicatos na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Os bancários, uma das categorias com o maior índice de sindicalização do Brasil (em torno de 64%, segundo o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais), também vêm ganhando sucessivas ações garantindo a liberdade sindical e a manutenção dos descontos em folha, demonstrando a força e a unidade da nossa categoria.

A primeira liminar conquistada no Ceará foi no último dia 15/4, suspendendo os efeitos da MP no Banco do Nordeste do Brasil. Em seguida, no dia 23/4, nosso departamento jurídico, através da atuação do advogado Anatole Nogueira, conquistou mais duas liminares referentes ao desconto em folha dos funcionários do Banco do Brasil e dos empregados da Caixa Econômica Federal. Em todas as decisões, os magistrados foram unânimes em indicar a inconstitucionalidade da MP, que viola o artigo 8º da Constituição Federal, citando ainda o descumprimento da Convenção Coletiva da categoria e a própria reforma trabalhista (o negociado sobre o legislado).

O governo editou essa medida para tentar acabar com as organizações que lutam em defesa dos trabalhadores. Os objetivos claros são minar nossa resistência à aprovação da reforma da Previdência, à privatização dos bancos públicos e de outras medidas que são extremamente prejudiciais à classe trabalhadora.

A categoria bancária, desta forma, mostra, uma vez mais, a sua força. Benefícios como jornada de trabalho de seis horas, não trabalho aos sábados, auxílio-creche, licença maternidade de seis meses, licença paternidade de vinte dias, Participação nos Lucros e Resultados e tíquete refeição são apenas algumas das conquistas acumuladas pelos trabalhadores ao lado dos sindicatos. Não foram dados pelos banqueiros de mão beijada. Tudo isso foi fruto de muita luta e foi conquistado pelo movimento sindical através das diversas mesas de negociação permanente e das sucessivas campanhas salariais/greves da nossa categoria.

O governo Bolsonaro, como já debatemos nesse espaço inúmeras vezes, veio com uma missão clara: instaurar um novo ciclo político no país com características claras de autoritarismo, ultraliberalismo na economia e com forte viés neocolonialista e rentista. Essa MP é mais uma peça para tentar implementar esse processo. Entretanto, ela é frágil, inconstitucional, não atende aos requisitos de relevância e urgência que toda MP necessita e ainda tenta promover a intervenção governista na organização sindical com claro objetivo de enfraquecer a luta em defesa dos trabalhadores.

Diante de todos esses ataques às entidades sindicais e aos trabalhadores, nunca foi tão importante que os bancários intensifiquem sua organização por meio do Sindicato para ampliar a resistência aos ataques a direitos e ao patrimônio público. Nenhuma lei pode retroagir para atacar contrato convencionado entre as partes. É preciso garantir o cumprimento desses acordos e convenções para proteger nossos direitos. Avante na nossa resistência!



*Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará*



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

MP 873

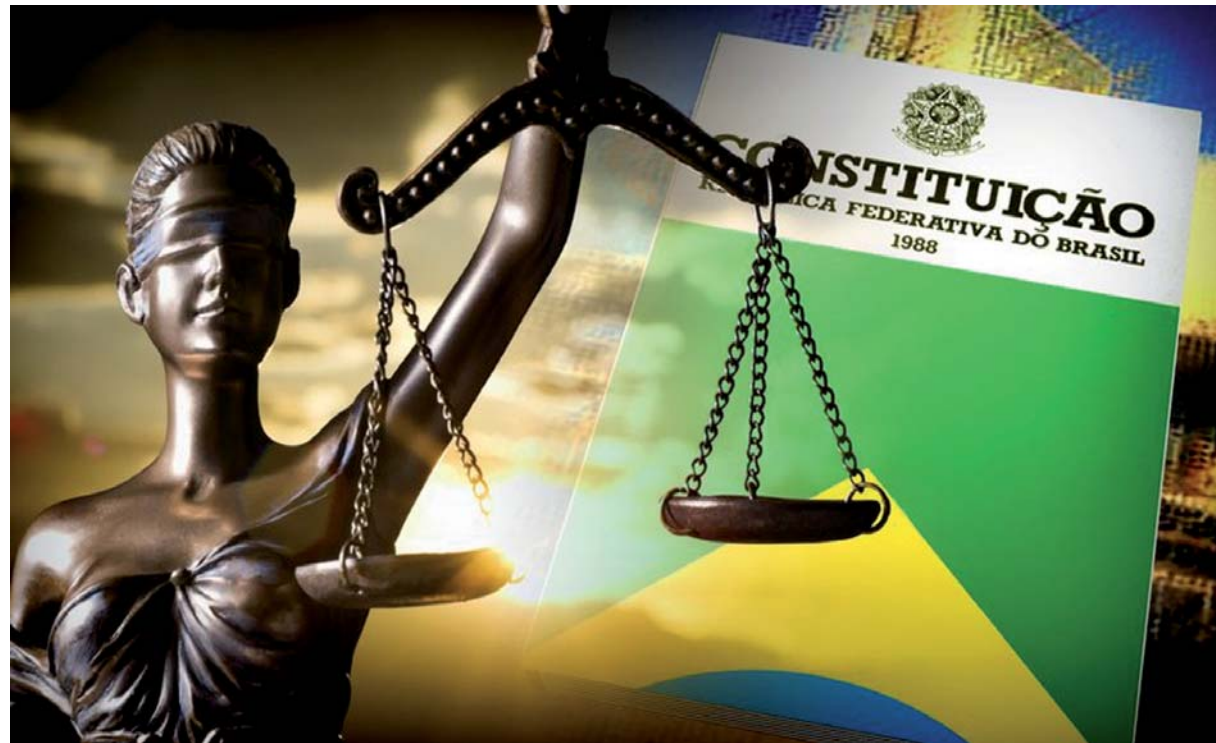
LIMINARES NA JUSTIÇA GARANTEM DESCONTOS EM FOLHA DOS BANCÁRIOS DO BB E CEF

A Justiça concedeu duas novas vitórias ao Sindicato dos Bancários do Ceará no que se refere à MP 873/2019. Na terça-feira, 23/4, o juiz do trabalho, Antonio Teófilo Filho, da 12ª Vara do Trabalho de Fortaleza, deferiu uma tutela de urgência em favor da entidade para manter em folha o desconto das mensalidades e demais contribuições dos funcionários do Banco do Brasil. Já o juiz Fabrício Augusto Bezerra da Silva, da 17ª Vara do Trabalho de Fortaleza, também determinou a manutenção dos descontos em folha dos empregados da Caixa baseando em artigos da legislação que a MP de Bolsonaro viola.

As duas decisões consideraram inconstitucional a MP publicada pelo governo Bolsonaro em 1º/3/2019. O Sindicato já havia conquistado decisão semelhante referente aos funcionários do BNB. As ações foram ajuizadas pelo dr. Anatole Nogueira, coordenador do departamento jurídico do Sindicato.

A Justiça, em diversos pontos do país, tem dado liminares obrigando o governo através dos bancos públicos a cumprir a Convenção Coletiva e os Acordos Coletivos que preveem o desconto da mensalidade sindical. Outras categorias também têm obtido decisões mantendo o desconto em folha. A MP 873 proíbe o desconto em folha até das mensalidades de associação sindical, que são autorizadas individualmente pelos trabalhadores.

No Ceará, no último dia 15/4, a juíza Rosa de Lourdes Azevedo Bringel, da 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza, concedeu liminar garantindo o desconto em folha das mensalidades dos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).



Na terça-feira, 23/4, foram deferidas decisões referentes aos funcionários do Banco do Brasil e aos empregados da Caixa. O não cumprimento da liminar impõe multa no valor de R\$ 1.000,00 por mês, por funcionário com desconto em folha de pagamento cancelado pelo BB e de R\$ 100.000,00 mensais no caso do descumprimento pela CEF. Ambas as decisões estabelecem ainda prazo máximo de 10 dias para que os valores sejam repassados ao Sindicato.

MP DESRESPEITA LEIS – A MP 873 desrespeita leis aprovadas na reforma trabalhista (negociado sobre o legislado) e ainda viola o artigo 8º da Constituição Federal e o artigo 545 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabelecem a cobrança sindical por desconto em folha. Por isso, é um contrassenso querer impedir que sejam pagas as con-

tribuições definidas em acordo coletivo. Essa é mais uma mostra de que o que o governo quer, na verdade, é acabar com as entidades sindicais e minar as formas de financiamento da luta contra as propostas que prejudicam os trabalhadores.

“O único objetivo dessa MP do governo Bolsonaro é tentar acabar com as organizações que lutam em defesa dos trabalhadores. O que o governo quer é evitar a resistência à aprovação da reforma da Previdência, à privatização dos bancos públicos e de outras medidas que são extremamente prejudiciais à classe trabalhadora. Entretanto, nenhuma lei pode retroagir para atacar contrato convencionado entre as partes. É preciso garantir o cumprimento desses acordos e convenções para proteger nossos direitos”, afirma o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo.

1º DE MAIO**FRENTES E CENTRAIS SINDICAIS
REALIZAM ATO UNIFICADO EM FORTALEZA**

No próximo 1º de Maio, Dia do Trabalhador, as centrais sindicais – CUT Ceará, CSB, CSP-Conlutas, Intersindical, CTB, em conjunto com a Unidade Classista e as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo realizam ato unificado na Praia de Iracema, em Fortaleza. A concentração será às 15h, na Avenida Beira Mar, próximo ao espigão da Rui Barbosa.

A atividade do Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores e das Trabalhadoras tem como pautas a defesa da política de reajuste do salário mínimo, a luta por emprego e contra a reforma da Previdência (PEC 06/2019). A mobilização também repudia a tentativa do governo de enfraquecer o movimento sindical por meio da publicação da MP 873/2019.

Ostrabalhadores sairão em marcha pela Avenida Beira Mar até o Mercado dos Peixes, no Mucuripe, onde será realizado ato político e cultural.

**1º DE MAIO 2019
EM FORTALEZA**
POR MAIS EMPREGOS E SALÁRIOS DECENTES
CONTRA A MP 873/19 E O FIM DA APOSENTADORIA

Marcha dos trabalhadores
CONCENTRAÇÃO
ESPIGÃO DA RUI BARBOSA (AV. BEIRA MAR)
ATO POLÍTICO E CULTURAL
NO MERCADO DOS PEIXES

15h

1º DE MAIO – “Por mais empregos e salários decentes. Contra a MP 873/2019 e o fim da aposentadoria” – A partir das 15h – Avenida Beira Mar, próximo ao espigão da Rui Barbosa – Praia de Iracema, Fortaleza/CE
Confirme sua presença no evento: <http://bit.ly/2KVypRs>

**SINDICATO REÚNE MAIS CINCO LOTES DE BENEFICIÁRIOS DA
AÇÃO DO ANUÊNIO DO BANCO DO BRASIL**

Cerca de 100 funcionários do Banco do Brasil, reunidos em cinco lotes de beneficiários da ação do anuênio, estiveram reunidos dia 25/4, na sede do Sindicato dos Bancários do Ceará, para tratar de acordo negociado com o banco. Os beneficiários ouviram da assessoria jurídica do Sindicato e dos diretores Bosco Mota e Valdir Maciel, toda a luta para chegar a essa conquista.

A adesão ao acordo é individual, baseada em proposta apresentada pelo BB e, em seguida, homologada pela Justiça do Trabalho. Vale ressaltar que, o beneficiário da ação que não aceitar o acordo, continua com o processo na Justiça. A convocação dos demais beneficiários não tem previsão, segundo o Departamento Jurídico do Sindicato, mas estes devem manter seu cadastro atualizado junto ao Sindicato para que sejam facilmente localizados pela entidade quando for necessário.



SANTANDER**COM LUCRO EM ALTA, BANCO LIDERA RANKING DE RECLAMAÇÕES DO BACEN**

Mesmo apresentando uma alta lucratividade no Brasil, o descaso do Santander com bancários e seus clientes colocou o banco no topo do ranking de reclamações do Banco Central no primeiro trimestre de 2019. O índice traz o Santander na liderança, seguido de Bradesco, Caixa Econômica, Itaú e Banco do Brasil.

A liderança era esperada, visto os rumos decididos pela atual gestão do Santander, que inclui a redução de custos nos ambientes de trabalho com aluguéis e café, por exemplo, e a precarização das condições de trabalho. A transferência dos correntistas das agências físicas para as digitais, especialmente dos clientes que possuem faixa de renda até R\$ 4 mil, também impacta nas reclamações.

O Brasil é responsável por 26% do lucro mundial do Santander, mas é aqui que o banco precariza o cotidiano dos trabalhadores e prejudica o atendimento aos clientes. O banco aumentou em 38% o número de contas exclusivamente digitais em 2018 em comparação com o ano anterior.

O lucro do Santander também aumen-



“É importante dizer ainda que o banco tem falado sobre educação financeira, inclusive convidando os seus funcionários a trabalharem voluntariamente aos sábados para oferecer educação financeira para a população, descumprindo a Convenção Coletiva de Trabalho vigente, sem negociação com o movimento sindical. Além disso tem uma política agressiva de venda de produtos financeiros, muitas vezes sem compreender a realidade do cliente”,

Aílson Duarte, diretor do Sindicato e funcionário do Santander

tou através da arrecadação de tarifas bancárias que, sozinhas, poderiam pagar quase duas folhas de pagamento dos funcionários da empresa no país.

O RANKING – O ranking de reclamações é formado a partir das queixas do público registradas nos canais de atendimento do Banco Central como internet, aplicativo, correspondência, presencialmente ou por telefone. São consideradas como reclamações procedentes as ocorrências registradas no período de referência em que se verificou

indício de descumprimento por parte da instituição financeira. O resultado é obtido pelas reclamações procedentes, divididas pelo número de clientes do banco, e multiplicadas por 1 milhão. Assim, é gerado um índice, que representa o número de reclamações da instituição financeira para cada grupo de 1 milhão de clientes. O resultado é, portanto, avaliado pela quantidade de clientes de cada instituição financeira, combinada como número de reclamações. As listas se dividem entre aquelas instituições financeiras com mais ou menos de 4 milhões de clientes.

ITAÚ: BANCO DESRESPEITA TRABALHADORES EM RELAÇÃO AOS ATESTADOS MÉDICOS

O Itaú Unibanco segue desrespeitando seus trabalhadores quando o assunto é atestado médico. O banco continua exigindo que os bancários com problemas de saúde entreguem os papéis para seus gestores, atrasando o agendamento de perícias junto ao INSS e expondo dados sigilosos de saúde dos trabalhadores.

A discussão sobre o tema com o Itaú já é antiga. Há três problemas graves: a quebra de sigilo médico; o envolvimento do gestor em funções que não lhe competem, como a burocracia médica; e, por fim, a falta de um setor adequado oferecido pelo banco para entrega de atestados e pedidos de afastamento.

A representação dos trabalhadores destaca que não é justo que um banco que diz em sua publicidade que tem tecnologia de ponta não crie formas de desburocratizar encaminhamentos como este, facilitando a vida do trabalhador, garantindo seu sigilo e ainda tirando do gestor uma responsabilidade que não é sua.

O Sindicato entende que é necessária a criação de uma área específica para cuidar do recebimento e encaminhamento dos atestados e pedidos de afastamento, respeitando o médico assistente do bancário.



“Não cabe ao banco fazer qualquer tipo de validação de atestados, porque o médico do trabalho tem o papel de identificar as causas de adoecimento dentro do banco, e não de averiguar atestados. A ação do Itaú deveria ser no sentido de minimizar os índices alarmantes de bancários com problemas de saúde gerados por metas abusivas e assédio moral existentes hoje nas agências”

Francileuda Nascimento, diretora do Sindicato e funcionária do Itaú

PREVIDÊNCIA**DEPUTADOS APROVAM REFORMA EM PRIMEIRA COMISSÃO DA CÂMARA**

Mesmo após o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, assumir que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) ainda precisa fazer os cálculos detalhados sobre o impacto de cada medida proposta na reforma da Previdência, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (23/4), o parecer do relator da reforma, deputado delegado Marcelo Freitas (PSL-MG). Foram 48 votos a favor da reforma e 18 votos contrários. Os partidos que compuseram a oposição e votaram contra o fim do direito à aposentadoria foram PT, PC do B, PsoL, PSB, Pros, PDT, Avante e Rede.

A oposição afirmou que irá entrar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular a votação da CCJ devido ao fato de o colegiado ter ignorado completamente o requerimento assinado por 1/5 dos deputados para anular a votação por 20 dias. A medida tinha a intenção de pressionar o governo a tirar o sigilo dos estudos que deveriam apresentar os impactos financeiros da reforma da Previdência e responder questões que não foram esclarecidas por Paulo Guedes, ministro da Economia, na audiência da CCJ. Sem isso, disseram os parlamentares da oposição, é assinar um cheque em branco ao governo para aprovar uma medida que afeta a maioria dos brasileiros que recebem de 1 a 3 salários mínimos de aposentadoria para sobreviver.

ACORDO CENTRÃO E GOVERNO – Para aprovar a admissibilidade da PEC 06, o governo fez um acordo com as lideranças da Câmara e retirou quatro pontos do projeto: o fim do pagamento de multa do FGTS para aposentados que continuarem trabalhando; a possibilidade de se alterar a idade máxima da aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) por projeto de lei

TRIBUNA LIVRE NA PRAÇA DO FERREIRA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Na segunda-feira, 22/4, na Praça do Ferreira, o Sindicato dos Bancários do Ceará, em conjunto com as centrais sindicais, realizou uma tribuna livre contra a proposta da reforma da Previdência do governo Bolsonaro. Na ocasião, a entidade colheu assinaturas para o abaixo assinado em defesa da Previdência e das aposentadorias, além de realizar a distribuição de cartilhas explicando todos os prejuízos dessa proposta à classe trabalhadora. Para ler a cartilha em PDF, acesse: <http://bit.ly/2IRP6dG>.

complementar; a exclusividade da Justiça Federal para julgar processos contra a reforma; e o dispositivo que garante somente ao Executivo a possibilidade de propor mudanças na Previdência.

Os pontos da reforma que, para o governo significam economia de recursos, e para os trabalhadores representam dificuldade de acesso à aposentadoria e benefícios 40% menores, não foram analisados com seriedade pela maioria dos deputados da CCJ. O fato é que, se esses itens forem aprovados no Plenário, praticamente acabam as chances dos trabalhadores mais pobres, em especial dos rurais, se aposentarem. Isso sem falar da redução do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de um salário mínimo, hoje em R\$ 998,00, para R\$ 400,00 e tantas outras perversidades que constam no projeto. A PEC estabelece ainda

a obrigatoriedade da idade mínima para aposentadoria de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres, aumenta o tempo de contribuição de 15 para 20 anos e muda radicalmente as regras de aposentadorias especiais de rurais e professores.

VOTAÇÃO – Pelo Ceará, o deputado Genecias Noronha (Solidariedade/CE) votou a favor da reforma e contra os trabalhadores. A favor da nossa aposentadoria e contra a reforma votaram Eduardo Bismark (PDT/CE) e José Guimarães (PT/CE). As entidades estão fazendo uma campanha para pressionar os deputados que votaram para acabar com o direito à aposentadoria da classe trabalhadora. Entre no site Na Pressão (www.napressao.org.br) e mande o seu recado: votou a favor da reforma, não merece mais o voto do povo!

ELEIÇÕES SINDICAIS**ASSEMBLEIA ESCOLHE COMISSÃO ELEITORAL QUE VAI CONDUZIR PLEITO DO SINDICATO**

Fotos: Secretaria de Imprensa – SEEB/CE

Em assembleia geral extraordinária realizada na sexta-feira, dia 26/4, os bancários da base do Sindicato dos Bancários do Ceará elegeram a Comissão Eleitoral, que dirigirá as eleições oficiais da entidade este ano. Essa assembleia dá início, assim, ao processo eleitoral para o período 2019/2023.

Por ampla maioria, foram escolhidos para compor essa Comissão Eleitoral: Tércio Sobral, do Banco do Nordeste

do Brasil; Gustavo Tabatinga, do Banco do Brasil; e Vianey Martins, da Caixa Econômica Federal.

Conforme prevê o Estatuto do SEEB/CE, no Art. 117, os associados discutiram e deliberaram sobre a escolha da comissão cujo mandato se extinguirá com a posse da nova gestão eleita. Participaram da assembleia geral extraordinária, que aconteceu na sede do Sindicato, 253 bancários de bancos públicos e privados de todo o Estado.

PARCERIA COM A UNIMED FORTALEZA OFERECE VANTAGENS AOS ASSOCIADOS

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou convênio de plano de saúde com a Unimed Fortaleza. Para apresentar o plano à categoria bancária, a gestão da Unimed esteve na sede do Sindicato, na última sexta-feira, dia 26/4.

Com a parceria, os bancários poderão aderir, inicialmente, ao Multiplan, com abrangência nacional, zero carência e sem qualquer tipo de co-participação. Os interessados podem ainda incluir seus dependentes no plano e a tabela, com preços especiais (com relação de até 60% do valor de mercado), varia por idade. Os beneficiários têm direito ainda a serviços como Unimed Urgente (ambulância), Unimed fone (para dúvidas sobre saúde), rede de laboratórios, atendimento pediátrico, entre outras.

O público-alvo desse convênio abrange todo o quadro de associados e seus dependentes, assim como bancários aposentados que poderão se associar e se beneficiar do plano. Estuda-se ainda, via Contraf-CUT, expandir essa iniciativa em nível nacional.

“Há cerca de três anos, o Sindicato vem tentando fechar esse convênio. Sabemos das dificuldades dos nossos colegas aposentados e das perdas que esses companheiros têm ao se desligarem do banco. Essa é uma alternativa para esses bancários e para quem tiver interesse de aproveitar as vantagens dessa nova parceria”, afirmou o diretor administrativo do Sindicato, Clécio Morse.



BANCO DO BRASIL**PRESIDENTE DA ANS RECOMENDA INTERVENÇÃO NA CASSI E BANCÁRIOS COBRAM EXPLICAÇÃO**

O presidente em exercício da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Leandro Fonseca da Silva, recomendou, por meio de um despacho, intervenção da direção fiscal da Cassi. O voto de Leandro teve como base o artigo 11 da Resolução Normativa nº 400/16 e levou em consideração a situação econômico-financeira da Cassi, além da não possibilidade de reversão desta última em curto prazo. A Cassi fechou o ano passado com déficit de R\$ 351 milhões no Plano Associados, que poderia ter sido maior se o banco não tivesse aportado R\$ 323 milhões a título de antecipação das contribuições patronais sobre o 13º salário de quatro exercícios futuros.

As entidades que participaram da mesa de negociação da Cassi com o Banco do Brasil se reuniram, dia 24/4, com a ANS e manifestaram preocupação com a Caixa de Assistência e com a divulgação de uma possível intervenção, que viria através da designação de uma direção fiscal.

Segundo Wagner Nascimento, que coordenou a mesa de negociação da Cassi e representou a Contraf-CUT na reunião, o momento exige o máximo de esclarecimento possível e foi o que fizemos. “Há



“A CASSI é o maior plano de autogestão do país, abrigando cerca de 400 mil assistidos e sabemos que há interesses do mercado nele. A negociação com o BB sobre o plano de saúde é uma tentativa de trazer sustentabilidade à Cassi. Em um cenário no qual o presidente do BB quer a todo custo privatizar o banco, não podemos deixar de ser responsáveis e apresentar para os associados da Cassi uma solução para a solvência financeira da entidade. Por isso, recomendamos a aprovação da proposta do BB para a Cassi, construída em conjunto com as entidades”
Valdir Maciel, diretor do Sindicato e funcionário do BB

uma confusão enorme sobre o papel da ANS numa possível intervenção, como se fosse acontecer uma grande proposta com várias medidas de gestão. Isso não é o papel da ANS na Direção Fiscal e o que será exigido é o que fizemos de forma

negociada, com entrada de recursos da parte do banco e da nossa parte como associados”.

Os representantes da ANS informaram que a situação financeira da Cassi é grave e que a indicação de uma Direção Fiscal é porque se espera alguma medida de saneamento para cobrir o déficit acumulado e a cobertura do patrimônio líquido. Segundo os gerentes da ANS, a entrada de novos recursos financeiros são o primeiro passo de medidas de saneamento e que o processo de direção fiscal não tem como ser interrompido sem fatos novos nesse sentido. Foi explicado que o diretor fiscal, se for designado, não tem poder de gestão e que as medidas a serem implementadas devem partir da Cassi, sendo avaliadas a sua eficácia pela ANS, através da análise das contas e indicadores financeiros.

A Contraf-CUT e o Sindicato dos Bancários do Ceará orientam aprovação da proposta apresentada pelo Banco do Brasil em 27 de março e cujas premissas foram debatidas com as entidades na mesa de negociação. Assim que aprovada nas instâncias de governança da Cassi, será feita consulta ao corpo social em data ainda a ser definida.

Censura para a Previdência

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, decretou sigilo sobre os estudos e pareceres técnicos que embasam a PEC da Reforma da Previdência. A decisão de esconder os dados aconteceu após a Folha de São Paulo, com respaldo da Lei Acesso à Informação, solicitar acesso ao material. Isso significa que o cidadão, principal afetado pelas alterações listadas na PEC, não poderá ter acesso aos estudos, pareceres técnicos, cenários econômicos e sociais, estatísticas e demais dados que dão embasamentos à proposta.

Mortos da ditadura

O governo Bolsonaro determinou na última semana o encerramento do Grupo de Trabalho Perus, responsável por identificar corpos de desaparecidos políticos da ditadura militar entre as ossadas da vala comum de um cemitério na zona oeste de São Paulo (SP), e o Grupo de Trabalho Araguaia, responsável pela busca e identificação dos restos mortais da guerrilha do Araguaia. Os grupos são vinculados à Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Como parlamentar, Bolsonaro criticava a ação e chegou a posar ao lado de um cartaz: “Quem procura osso é cachorro”. A Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos não pode ser extinta, porque é resultado de uma lei federal.

Se a moda pega...

Um indiano, desesperado porque tinha acabado de se enganar e votado no partido errado nas legislativas que ocorrem na Índia, cortou o dedo indicador com uma faca de carne. Em um vídeo que viralizou nas redes sociais, Pawan Kumar explica que ao votar dia 18/4 confundiu os símbolos mostrados na urna eletrônica e votou errado. Desesperado, ele voltou para casa e cortou o dedo indicador com o equipamento de açougueiro. Apesar de os votos nos colégios eleitorais serem eletrônicos, o indicador de cada eleitor fica marcado com tinta indelével após ter ido às urnas, para que não possa votar mais uma vez.